

FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro"

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e Relatório
dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho Curador da
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas -
Fundação "Odila e Lafayette Álvaro"

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3 às demonstrações financeiras, em decorrência da reclassificação de certos ativos de longo prazo, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados. Nossa opinião não ressalvada em virtude deste assunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar à atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações, e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 02 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS			
RECEITAS DA FUNDAÇÃO			
Aluguéis	5	34.632	34.528
Receitas financeiras		7.454	8.719
Receita da Vila Brandina		588	532
Outros		328	387
TOTAL DAS RECEITAS DA FUNDAÇÃO		43.002	44.166
RECEITAS DA COMUNIDADE			
Patrocínios e parcerias		52	67
Programas e projetos		120	120
Donativo FEAC		-	1
Serviços voluntários		249	283
TOTAL DAS RECEITAS DA COMUNIDADE		421	471
RECEITAS PATRIMONIAIS			
Venda de propriedades para investimentos		26.092	-
IESC Participação Investimento	8	204	187
RECEITAS PATRIMONIAIS		26.296	187
BENEFÍCIOS FISCAIS			
Cota patronal	10	1.648	1.565
PIS sobre Folha	10	71	55
RECEITAS DE BENEFÍCIOS FISCAIS		1.719	1.620
TOTAL DAS RECEITAS		71.438	46.444
DESPESAS			
Convênio de cooperação		(9.296)	(9.713)
Convênio - tecnologia da informação		-	(9)
Convênio de arquitetura		(687)	(843)
Doação		(42)	(302)
TOTAL DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA	13	(10.025)	(10.867)
ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Assessoramento e prestação de serviços		(10.417)	(9.906)
TOTAL DE ASSESSORAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	13	(10.417)	(9.906)
PROGRAMAS DE POTENCIALIZAÇÃO DAS ENTIDADES			
Projetos de assistência social	13	(1.153)	(1.354)
TOTAL DE RECURSOS EMPREGADOS NA GRATUIDADE		(21.595)	(22.127)
PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO FEAC			
Projetos de Educação		(1.503)	(2.569)
TOTAL DE PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO		(1.503)	(2.569)
DESPESAS PATRIMONIAIS			
Despesas patrimoniais	14	(6.357)	(4.925)
Custo da venda de propriedade para investimento	14	(12.980)	-
Cota patronal	10	(66)	(1.565)
PIS sobre Folha	10	(3)	(55)
Despesas financeiras	14	(6.839)	(9.923)
TOTAL DAS DESPESAS PATRIMONIAIS		(26.245)	(16.468)
TOTAL DAS DESPESAS		(49.343)	(41.164)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		22.095	5.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	22.095	5.280
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>22.095</u>	<u>5.280</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS - FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Patrimônio social	Reserva de patrimônio	Superávit acumulado operacional	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		71.666	59.489	4.014	135.169
Superávit do exercício		-	-	5.280	5.280
Transferência para o patrimônio social	12	5.834	(1.820)	(4.014)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		77.500	57.669	5.280	140.449
Superávit do exercício		-	-	22.095	22.095
Transferência para o patrimônio social	12	-	5.280	(5.280)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		77.500	62.949	22.095	162.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2017	2016 (Representado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		22.095	5.280
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7	3.396	3.853
(Ganho) perda nas alienações de propriedade para investimento e imobilizado	6 e 7	(12.841)	230
Complemento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	16	-	166
Juros sobre contrato de mútuo - Expansão IESC		6.840	9.923
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Aluguéis a receber		331	(711)
Outras contas a receber		(20)	150
Adiantamentos a entidades		251	(182)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		20	(76)
Salários e encargos sociais a pagar		33	(60)
Adiantamento de alugueis		-	50
Outras obrigações		(526)	789
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.579	19.412
Juros pagos sobre mútuo		(259)	(5.841)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.320	13.571
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(337)	(259)
Aquisição de propriedade para investimento		(896)	(1.728)
Recursos restritos		-	(20)
Aplicações financeiras		(64.174)	(1.729)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(65.407)	(3.736)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de parcelas referentes ao contrato de mútuo - Expansão IESC		(8.989)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(8.989)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(55.076)	9.835
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		56.261	46.426
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		1.185	56.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEAC - FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS -
FUNDAÇÃO "ODILA E LAFAYETTE ÁLVARO"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO DAS OPERAÇÕES E DE ATUAÇÃO

Constituída juridicamente como fundação de direito privado, sem fins econômicos, denominada Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação "Odila e Lafayette Álvaro" ou, simplesmente, designada FEAC, foi criada em 27 de abril de 1964, mediante fundos doados pelos patronos Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila de Souza Camargo.

Para a consecução da sua finalidade estatutária - a promoção humana, a assistência e o bem-estar social, com prioridade à criança e ao adolescente de baixa renda em Campinas - estabelece colaboração com organismos e entidades, cuja atuação, no campo social, identifica-se com sua missão.

É uma Fundação privada da área da Assistência Social que presta de forma contínua, permanente, planejada e gratuita o assessoramento técnico, administrativo e financeiro a entidades sem fins lucrativos, no município de Campinas, que atuam nas áreas da assistência social, educação e saúde.

As assessoradas são entidades de origem privada, sem fins lucrativos, que em muitos casos convênios e termos de colaboração com as Secretarias Municipais e Estaduais de Assistência Social, Educação e Saúde para a conjugação de esforços na execução das políticas públicas.

Atualmente, 77 OSCs (Organização da Sociedade Civil) com 129 unidades de atendimento compõem a rede parceira da FEAC, sendo:

- 42 que atuam preponderantemente na área da Assistência Social.
- 28 que atuam preponderantemente na área da Educação.
- 7 que atuam preponderantemente na área da Saúde.

A parceria para fins de assessoramento estabelecido com a FEAC está condicionada à inscrição da entidade conveniada junto ao CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social - órgão que autoriza sua atuação no âmbito da Política da Assistência Social. Esta aliança, quando firmada com entidades que atendem crianças e adolescentes, está condicionada ao registro da entidade junto ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão que autoriza a execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. Alianças com entidades de educação infantil estão condicionadas à autorização e credenciamento da entidade pelo CME - Conselho Municipal de Educação.

Ao longo de 2017, o assessoramento prestado às entidades da rede parceira, formalizados através de termos de parceria renovados anualmente, foi executado pelas seguintes áreas:

Contábil-financeira: através da prestação de serviços operacionais de contabilidade e preparo de demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, evidenciando, a partir da segregação contábil por área de atuação, programas e serviços executados, a aplicação dos recursos públicos, privados e próprios da entidade, escrituração de livros contábeis e preparação de declarações acessórias, bem como assessoria na elaboração de Plano de contas, Plano Orçamentário e Fluxo de Caixa.

Gestão Social: através da articulação do assessoramento prestado pelos demais departamentos da FEAC e intermediação à interlocução das entidades sem fins lucrativos e de assistência social, educação e saúde, executoras das Políticas Públicas do município de Campinas, com vista às boas práticas, a excelência e conformidade legal das ações desenvolvidas, junto aos órgãos públicos.

Administração de Recursos Humanos: através da prestação de serviços operacionais de administração de pessoal, visando garantir os direitos e deveres entre entidades e seus empregados.

Jurídico: através do atendimento às entidades nos assuntos pertinentes à área jurídica.

Arquitetura: através do desenvolvimento e elaboração de projetos técnicos às entidades, visando a melhoria e a otimização dos espaços físicos que são utilizados pelos colaboradores das entidades.

Comunicação e Relações institucionais: através da oferta de serviços, e orientações para adoção de ferramentas de captação de recursos e apoio à divulgação das ações promovidas pelas entidades.

Além das assessorias e da prestação de serviços técnicos, a FEAC estabelece anualmente convênio para assessoramento financeiro às entidades. Todos os recursos empregados na prestação de serviços, assessorias e nos programas de potencialização das propostas de trabalho das entidades, estão descritos na nota explicativa nº 12.

Parte dos recursos da FEAC é aplicada na execução de programas, projetos e ações de iniciativa própria, em alguns casos em parceria com outras instituições.

As operações necessárias para a realização da missão da Fundação são suportadas financeiramente através da gestão de seu patrimônio, sendo as principais fontes de recursos as participações correspondentes a 30% da fração ideal do Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi de Campinas - Empreendedor e 23% da fração ideal do Condomínio Civil do Power Center Campinas - Condomínio Comercial.

A Fundação possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, protocolado sob o nº 71000.090991/2009-07, conforme Portaria 1.272 de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2012, com validade assegurada de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012. A certificação deferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1272/2012, publicada no Diário Oficial da União de 26/11/2012, teve sua validade prorrogada para o período de 01/01/2010 a 31/12/2014, através da Portaria nº. 158, de 13 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2013.

Em 30 de junho de 2014, foi protocolada tempestivamente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o requerimento de renovação da certificação para o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017 - Processo nº. 71000.078317/2014-11, o qual encontra-se aguardando análise pelo ministério. Em 25 de setembro de 2017, foi protocolado tempestivamente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social o requerimento de renovação da certificação para o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020 - Processo nº 71000.062703/2017-26, o qual encontra-se aguardando decisão anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Sumário das principais práticas contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Fundação segue as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07), Interpretação Técnica Geral ITG 2002, bem como pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras é o seguinte:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e possuem vencimentos inferiores a 30 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) Aplicações financeiras: Referem-se aos valores aplicados em letra financeira com prazos superiores a 90 dias a partir da data da aplicação e que não possuem previsão para resgate imediato ou devido aos títulos estarem sujeito a um significativo risco de mudança de valor.
- (c) Recursos restritos: Referem-se a patrocínios recebidos que se destinam única e exclusivamente ao atendimento de projetos e programas específicos à educação e ao prêmio Feac de jornalismo. Esses valores são depositados em contas específicas e só podem ser utilizados para esse fim; por isso, são denominados como restritos. Relatórios de prestação de contas e de atividades realizadas são encaminhados aos patrocinadores desses projetos e programas regularmente.

- (d) Aluguéis a receber: Os aluguéis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos aluguéis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- (e) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.
- (f) Propriedade para investimentos: É a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. No reconhecimento inicial, a entidade avalia a propriedade para investimento pelo seu custo. A Fundação e sua controlada contabilizam a propriedade para investimento usando o método do custo menos depreciação pela vida útil estimada e menos redução ao valor recuperável.
- (g) Imobilizado: registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é contabilizada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens e com base nas taxas de depreciação descritas na nota explicativa 6. Quando aplicável é efetuada provisão para redução ao valor de realização.
- (h) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Fundação o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro de depreciação.
- (i) Apuração do superávit: A apuração do superávit é feita segundo o regime de competência, exceto quanto às receitas decorrentes de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.
- (j) Reconhecimento de receitas: A receita de doações é reconhecida pelo regime de caixa devido à incerteza de sua realização e espontaneidade do público contribuinte. As receitas de aluguel e participações em condomínios são reconhecidas pelo regime de competência.
- (k) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação é parte das disposições contratuais do instrumento. A avaliação dos instrumentos financeiros é efetuada pelo seu valor de mercado, por se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- (l) Imposto de renda, contribuição social e encargos sociais (INSS): A Fundação é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta da cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo o PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios esta composta nas notas explicativas 9.

3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados de acordo com os termos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A referida reapresentação decorreu da identificação da incorreta apresentação, em anos anteriores, do saldo de propriedades para investimento mantidos como imobilizado. Os efeitos dessa reapresentação modificaram a apresentação no balanço patrimonial nas seguintes linhas: imobilizado no montante de R\$91.923 (31/12/2016); propriedade para investimento no mesmo valor.

A seguir estão apresentados os quadros das demonstrações financeiras, incluindo os montantes originalmente apresentados e os montantes reapresentados:

	31/12/2016 (Anteriormente apresentado)	Reclassificação	31/12/2016 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	56.261		56.261
Aplicações financeiras	14.179		14.179
Aplicações restritas	47		47
Aluguéis a receber	3.955		3.955
Outras contas a receber	299		299
	<u>74.741</u>	-	<u>74.741</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	47	-	47
Adiantamento a entidades	289	-	289
Propriedade para investimento	47.762	91.923	139.685
Imobilizado	93.210	(91.923)	1.287
Intangível	95	-	95
	<u>141.403</u>	-	<u>141.403</u>
Total do ativo	<u><u>216.144</u></u>	-	<u><u>216.144</u></u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	1.185	571
Aplicações financeiras (a)	-	55.690
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.185</u>	<u>56.261</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	78.400	14.179
Circulante (b)	73.542	14.179
Não circulante (c)	4.858	-

(a) Em 31 de dezembro e 2016, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, remunerados por taxas que variam, na média, entre 100,00% a 103,00% da remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, as quais apresentam liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato sem perda de rendimentos.

- (b) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras estão representadas por títulos fundos de investimentos diversificada em Multimercado. Estes fundos não possuem características de "equivalentes de caixa", devido ao nível de diversificação, liquidez e composição da carteira.
- (c) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras estão representadas por uma letra de arrendamento mercantil, remuneradas pela taxa de 103,2% da CDI - Certificado de Depósito Interbancário, as quais não apresentam liquidez imediata pois o resgate pode ser efetuado apenas a partir de 24 de janeiro de 2019.

5. ALUGUEIS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas	3.213	3.396
Estacionamento Deck Park	290	455
Condomínio Civil do Power Center Campinas	66	74
Outros	55	30
Total de aluguéis a receber	<u>3.624</u>	<u>3.955</u>

A receita de aluguéis é como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Estacionamento Deck Park (i)	4.148	3.760
Ampliação do Shopping Center Iguatemi (ii)	12.190	11.960
Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi	16.218	16.748
Salas comerciais (iii)	1.253	1.202
Condomínio Civil do Power Center Campinas	712	710
Apartamentos e terrenos	111	148
Total	<u>34.632</u>	<u>34.528</u>

- (i) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada no estacionamento do Shopping Center Iguatemi.
- (ii) Participação de 30% sobre a receita líquida gerada nas ampliações do Shopping Center Iguatemi concluídas em 2004 e 2015.
- (iii) Receita referente ao aluguel das salas comerciais do prédio Complexo Andreta Campinas.

6. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

<u>Custo</u>	<u>Terreno e Glebas</u>	<u>Edifícios, construções e benfeitorias</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	9.968	150.260	160.228
Adições	1.728	-	1.728
Baixas	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.695	150.260	161.955
Adições	896	-	896
Baixas	-	(14.362)	(14.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>12.591</u>	<u>135.898</u>	<u>148.489</u>

Depreciação	Terreno e Glebas	Edifícios, construções e benfeitorias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(18.863)	(18.863)
Adições	-	(3.407)	(3.407)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(22.270)	(22.270)
Adições	-	(3.388)	(3.388)
Baixas	-	1.472	1.472
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(24.186)	(24.186)
Valor contábil:			
Em 31 de dezembro de 2016	11.695	127.990	139.685
Em 31 de dezembro de 2017	12.591	111.712	124.303
Taxas anuais de depreciação – %	-	2,50 a 5,0	-

(i) Gleba Sede:

Parte substancial dos investimentos na Gleba Sede refere-se a áreas remanescentes correspondentes a 1.562.581,88 m², sendo a área comercializável de 709.343,56 m² e o restante de 853.238,32 m² refere-se a áreas verdes que por questões ambientais deverão ser preservadas.

Gleba Invernada:

Parte substancial dos investimentos na Gleba Invernada refere-se a áreas remanescentes comercializáveis correspondentes a 949.201,59 m².

(ii) Apartamentos

Em 31 de dezembro 2017, a Fundação conta com 81 unidades de apartamentos residenciais e vagas de garagens oriundos do seu desenvolvimento patrimonial ou doação, totalizando um investimento em imóveis de R\$18.205

Os investimentos em urbanização envolvem gastos com infraestrutura (construções de ruas, sistema de distribuição de energia elétrica, de água e esgoto, dentre outros) realizados em parte da Fazenda Brandina, relativa a áreas com projetos de comercialização em andamento e áreas a serem comercializadas. Os investimentos em infraestrutura são necessários para efetiva realização do desenvolvimento patrimonial e são amortizados contabilmente quando da finalização dos empreendimentos desenvolvidos, quitação financeira e efetivo registro em Cartório dos Imóveis incorporados ao Patrimônio da Fundação.

A Fundação analisou os valores venais dos bens e não foram identificados indícios de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Todos os imóveis da Fundação são vinculados ao patrimônio e precisam de aprovação do Ministério Público para sua realização, quando se trata de alienação ou permuta, a aprovação da venda inclui também a aprovação dos valores a serem praticados.

A Administração acompanha a avaliação do valor justo, inclusive as oscilações do preço de mercado referente as propriedades para investimento. O valor justo é superior ao custo amortizado nas datas das demonstrações financeiras.

Em 14 de dezembro de 2017 a FEAC emitiu uma escritura de dação em pagamento de 37 unidades de apartamentos residenciais no valor total de R\$ 25.981, com redução do saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo em 31 de dezembro de 2017 pelo mesmo montante, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

As movimentações da propriedade para investimento e mútuo são como seguem:

	Propriedade para investimento	Mútuos	Ganho apurado na venda das propriedades para investimentos
Saldo inicial em 1.01.2017	139.685	73.469	-
Baixa do custo e valor da venda das propriedades para investimentos	(12.890)	(25.981)	(13.091)
Adições	896	-	-
Depreciação do exercício	(3.388)	-	-
Pagamento de mútuo no exercício	-	(8.989)	-
Pagamentos de juros sobre mútuo no exercício	-	(259)	-
Juros de mútuo do exercício	-	6.840	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	<u>124.303</u>	<u>45.080</u>	<u>13.091</u>

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim representado:

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	-	376	376
Edifícios, benfeitorias e instalações	2,5 à 5	939	925
Móveis, utensílios e equipamentos	7,5	1.389	1.302
Veículos	20	296	184
Imobilizado em andamento	-	7	329
		<u>3.007</u>	<u>3.116</u>
Depreciação acumulada		<u>(1.641)</u>	<u>(1.829)</u>
Total		<u>1.366</u>	<u>1.287</u>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.116	(1.829)	1.287
Adições	337	(8)	329
Baixas	(446)	188	(250)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.007</u>	<u>(1.641)</u>	<u>1.366</u>

A Fundação realiza análise da capacidade de recuperação do ativo imobilizado e não existem indicativos de "impairment" dos ativos de longa duração.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente.

8. IESC - ENTORNO DO SHOPPING IGUATEMI

O IESC, conforme contrato de prestação de serviços datado de 20 de dezembro de 2004, efetua reembolsos parciais a FEAC referentes aos investimentos em infraestrutura realizados pela Fundação na Gleba Sede dentro da área denominada "Entorno do Shopping Iguatemi". As receitas líquidas proporcionais conforme definidas em contrato, geradas dentro deste perímetro, calculadas em 24,8% (80% de 31%), são destinadas ao IESC. Em 2017 o valor desta receita foi de R\$204 (R\$187 em 2016).

9. CONTRATO DE MÚTUO - EXPANSÃO IESC

O IESC e a FEAC são coproprietários de 100% do empreendimento denominado Shopping Center Iguatemi Campinas. Em 5 de abril de 2013, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária de Condôminos a expansão do empreendimento em 17.438 m² de ABL (Área Bruta Locável), no valor estimado de R\$235, que deveria ser inaugurada em novembro de 2014. Em função de atrasos na execução da obra a inauguração ocorreu em 30 de abril de 2015.

As coproprietárias financiaram as obras de expansão mencionadas acima nos percentuais definidos pela AGE, sendo 70% do IESC e 30% da FEAC. Para custear os 30% da expansão, a FEAC autorizou o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas a reter mensalmente 10% da parcela do resultado do Condomínio que lhe é atribuído e firmou um contrato de mútuo com o IESC até o limite de R\$63.000, com juros de 100% do CDI mais 1% a.a., calculados pelo ano financeiro de 252 dias úteis *pro rata temporis* das datas dos efetivos desembolsos e de acordo com o avanço físico e financeiro da obra. Em agosto de 2015, houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI + 0,8% a.a., bem como foi realizado aporte pela FEAC para amortização no montante de R\$22. Em janeiro de 2017, houve renegociação da taxa de juros para 100% do CDI, e amortização de uma parcela fixa mensal no valor de R\$760. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 6, com o objetivo de amortizar o saldo devedor, em 14 de dezembro de 2017 a FEAC emitiu uma escritura de dação em pagamento de 37 unidades de apartamentos residenciais no valor total de R\$25.981, apurando um ganho na alienação no montante de R\$13.202.

O saldo devedor do contrato de mútuo registrado no passivo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$45.080 (R\$73.469 em 2016) é amortizado mensalmente, mediante pagamento fixo de R\$ 760 mensal, ou se a expansão vier a performar acima desse valor, a diferença deverá ser complementada.

10. ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL - COTA PATRONAL

De acordo com a Lei nº 12.101/09 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas sob o título de "Cota patronal - INSS", conforme informado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cota Patronal INSS	1.168	1.104
Terceiros	333	315
SAT	115	109
Contribuintes	32	37
Total de cotas patronais	<u>1.648</u>	<u>1.565</u>
PIS sobre folha de pagamento (a)	71	55
Total	<u>1.719</u>	<u>1.620</u>

- (a) A Fundação FEAC adotou a isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento com base em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário nº 636941/RS.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no Artigo 150 da Constituição Federal a FEAC é imune ao imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Em 2 setembro de 2015 foi publicada a ITG 2002 (R1) informando que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

Apresentamos abaixo os valores dos tributos sobre os quais a Fundação é imune:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda	5.100	1.360
Contribuição social	<u>1.845</u>	<u>498</u>
Total	<u><u>6.945</u></u>	<u><u>1.859</u></u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E GOVERNANÇA

A Fundação possui um Conselho Curador, constituído por 25 membros, sendo 20 com mandato vitalício e cinco com mandato de 2 anos. Todos os conselheiros, necessariamente, são pessoas físicas e contribuintes da Fundação ou de Entidade Conveniada.

A Fundação possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por 6 membros, sendo 1 Presidente e 5 Vice-Presidentes, todos eleitos pelo Conselho Curador e com mandato de 2 anos.

O patrimônio social da Fundação é composto por: bens originados em sua formação e que mantêm financeiramente suas operações, através de aluguéis e participações em empreendimentos comerciais.

A demonstração do superávit ou déficit do exercício é aprovada em reunião do Conselho Curador e, após a sua aprovação, é efetuada sua transferência para o Patrimônio Social.

Em 31 de março de 2017 o Conselho Curador aprovou a demonstração do superávit do exercício de 2016 sendo R\$5.280, o qual foi transferido para conta de reserva de patrimônio.

13. GRATUIDADE

De acordo com a Lei nº. 12.101 em 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, para fazer jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Fundação deve realizar suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação, como entidade de assistência social de assessoramento - nos termos do § 2º do Artigo 3º da Lei Federal 8.742/1993, incluído pela Lei Federal 12.435/2011, é reconhecida publicamente pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Campinas, conforme Resolução CMAS 119/2012 publicada no Diário Oficial do Município de 31 de maio de 2012 e como tal, presta assessoria às entidades executoras dos serviços e programas da Política municipal de Assistência Social.

Ainda, de acordo com o Decreto nº. 8.242 de 23 de maio de 2014 que regulamenta a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013, as ações das Entidades Beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde, firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração. Desta forma, a Fundação assina anualmente com as entidades parceiras, o instrumento denominado Termo de Parceria, que estabelece as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para custeio de parte das operações necessárias à realização da missão estatutária dessas entidades.

Os recursos próprios foram empregados nas parcerias e no assessoramento às entidades, conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Assessoramento e prestação de serviços:		
Entidades de Assistência Social	6.100	5.872
Entidades de Educação	3.274	3.238
Entidades de Saúde	1.043	796
	<u>10.417</u>	<u>9.906</u>
Programas e Projetos de potencialização das propostas de trabalho das entidades:		
Projetos com Entidades de Assistência Social	1.153	1.354
Parceria - Cooperação Financeira:		
Entidades de Assistência Social	5.870	6.441
Entidades de Educação	3.151	3.552
Entidades de Saúde	1.004	874
	<u>10.025</u>	<u>10.867</u>
Total aplicado em gratuidade	<u>21.595</u>	<u>22.127</u>

Em 2017 e 2016 a FEAC não recebeu recursos públicos.

14. DESPESAS PATRIMONIAIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas patrimoniais (a)	19.337	4.925
Despesas financeiras (b)	6.839	9.923
Total	<u>26.176</u>	<u>14.848</u>

(a) Despesas patrimoniais - referem-se à manutenção da Fazenda Vila Brandina, dos apartamentos, amortização das benfeitorias, bem como despesas relacionadas à energia elétrica, cercas, roçagem de matos, condomínios, água, bem como empregados que fazem a manutenção e limpeza destes imóveis e custo na baixa dos apartamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

(b) Despesas financeiras correspondem aos juros referente ao contrato de mútuo para ampliação do Shopping Iguatemi Campinas.

15. PROGRAMAS E AÇÕES PRÓPRIAS DA FUNDAÇÃO

Em complemento a sua missão estatutária a Fundação realiza programas e ações próprias custeadas exclusivamente com recursos próprios, a saber:

- a) Cooperação Financeira e Doação em Espécie.
- b) Projeto FEAC na Escola: realiza ações de assessoramento em escolas públicas com vistas a aprimorar processos de gestão educacional que impactem na qualidade do ensino ofertado. Em 2017 o projeto se focou em avaliar os resultados obtidos nas 15 escolas onde o projeto foi realizado.
- c) Programa Primeira Infância em Foco: Realiza ações junto a OSCs parceiras que atuam com crianças de 0 a 3 anos com objetivo de promover o desenvolvimento integral da primeira infância e incentivar a participação da família neste processo.
- d) Compromisso Campinas pela Educação (CCE): Lançado em novembro de 2007, o CCE realiza ações com vistas à incentivar a mobilizar a sociedade em prol da educação.
- e) FEAC Arte e Cultura: realiza ações para evidenciar o papel das atividades artísticas, culturais e esportivas no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- f) Centro de Voluntariado: realiza ações para incentivar a cidadania ativa e o voluntariado.
- g) Programa Mobilização para a autonomia: realização ações, campanhas, eventos com objetivo de incentivar a inclusão efetiva de pessoas com deficiência na sociedade.
- h) Programa Juventude: apoia movimentos, coletivos e ações para jovens em situação de vulnerabilidade social.
- i) Prêmio FEAC de Jornalismo: reconhece e premia os esforços da imprensa para dar visibilidade temáticas afetas a missão da FEAC

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Fundação e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, não houve a necessidade de constituir provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis em 31 de dezembro de 2017, permanecendo o saldo de R\$229 (R\$229 em 2016).

No andamento dos processos trabalhistas, não houve mudança na probabilidade de perda, conforme levantado pela administração juntamente com seus assessores jurídicos, portanto, não há impacto nos valores já provisionados.

A Fundação tem ações de natureza civil, envolvendo risco de perda, classificados pelos respectivos advogados como possíveis, no montante de R\$371, para os quais não há provisão constituída.

17. SEGUROS

A Fundação mantém apólices de seguro para cobertura de riscos operacionais em valores considerados suficientes para o fim a que se destinam.

Ativos	Vigência	Risco coberto	2017	2016
Prédios e conteúdos	2017/2018	Incêndio	2.004	3.650
Veículos	2017/2018	Colisão e terceiros	1.290	6.539
Acidentes pessoais e indenização especial por acidentes (seguro de vida funcionários)	2018	Danos pessoais	24 vezes o salário do funcionário	

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Fundação não opera com instrumentos financeiros de risco. Os ativos e passivos com características de instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, aluguéis a receber e saldos em caixa e bancos representam transações efetuadas com base em condições normais de mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.
- ii) Aluguéis a receber: Os aluguéis a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário é registrada provisão para devedores duvidosos, constituída com base em análise dos aluguéis a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- iii) Contrato de mútuo - expansão IESC: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 8.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de crédito: esse risco advém de a possibilidade da Fundação não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Fundação monitora os fatores de risco através de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Análise de sensibilidade taxa de juros

A análise leva em consideração as variações da taxa de juros que impactam os ganhos e perdas no resultado do exercício em diferentes cenários. Abaixo demonstramos os saldos que são impactados pela variação na taxa de juros:

Descrição	Valor em 31/12/2017	Impacto no cenário provável	Impacto no cenário possível		Impacto no cenário remoto	
			25%	(25%)	50%	(50%)
Instrumentos financeiros ativos - CDI	1.185	117	146	88	175	58
Instrumentos financeiros ativos - IPCA	78.400	2.281	2.851	1.710	3.422	1.140
Instrumentos financeiros passivos - CDI	(45.080)	(4.476)	(5.595)	(3.357)	(6.714)	(2.238)
Efeito da (perda) ganho na operação	34.505	(2.078)	(2.598)	(1.559)	(3.117)	(1.040)

Para o cenário provável, foram utilizadas estimativas futuras da taxa do CDI e IPCA, divulgadas por instituições financeiras. A taxa média demonstrada foi apurada levando em consideração os prazos estimados de realização do instrumento financeiro anteriormente relacionado.

19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 ocorreram transações de mutuo com contrapartida na propriedade para investimento, no montante de R\$25.981 respectivamente, que não afetaram o caixa, conforme descrito na nota explicativa 6 e 8. Em 2016 não ocorreram transações que não afetaram caixa.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 2 de abril de 2018.
